

# Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO

REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_, DE 2011  
(Do Sr. Domingos Dutra)

Requer a realização de Audiência Pública para a oitiva debater de forma mais aprofundada os objetivos e iniciativas propostas pelo governo federal para a política de segurança pública no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012 -2015) e os recursos previstos para a área contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para ouvir os convidados abaixo mencionados para debater objetivos e iniciativas propostas pelo governo federal para a política de segurança pública no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012 -2015) e os recursos previstos para a área contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012.

- 1) Alexandre Ciconello - Assessor Político do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc e Conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp;
- 2) Guacira Cesar de Oliveira - Diretora Colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Cfemea
- 3) Silvia Ramos - Assessora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Cesec;
- 4) José Eduardo Cardoso Ministro da Justiça;
- 5) Luiz Eduardo Soares - Assessor do gabinete do Senador Lindberg Farias

## JUSTIFICAÇÃO

A realização dessa audiência pública se faz relevante pela necessidade de debater de forma mais aprofundada os objetivos e iniciativas propostas pelo governo federal para a política de segurança pública no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012 -2015) e os recursos previstos para a área contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012.

Já é do conhecimento geral as mudanças promovidas pelo Poder Executivo na forma de organizar o seu planejamento para os próximos quatro anos. O PPA em exame no Legislativo não guarda sintonia com o PPA em vigência. Esse é motivo suficiente para que os/as parlamentares promovam discussões com especialistas em segurança pública e com representantes do governo para obterem

melhores informações e possam com isso formar suas opiniões sobre a proposta em exame.

A magnitude da violência no Brasil é extremamente preocupante. Nosso país é o sexto país do mundo em número de homicídios (aproximadamente 26 homicídios por 100 mil habitantes). Isso significa aproximadamente 50.000 homicídios por ano. No entanto, ao examinar os dados sob a ótica de cor/raça e por grupos etários os índices tomam proporções absurdas. Outro foco necessário é considerar a violência também por sexo e veremos que as mulheres são cada vez mais vítimas da violência de gênero.

O novo desenho do PPA trouxe mudanças substanciais na forma como o governo organizava suas ações. A principal resposta da gestão anterior para o problema da segurança pública no Brasil foi a criação do Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. O Legislativo aprovou a Lei que cria o Pronasci (Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007) prevendo objetivos e diretrizes que contemplam além da repressão à criminalidade, a prevenção e o respeito aos direitos humanos. No entanto, a experiência de quase quatro anos de execução do Programa aponta para a necessidade de avaliar quais foram os avanços e necessidades de aperfeiçoamento do programa a fim de que seja coerente com o previsto no dispositivo legal.

Cabe dizer que a realização de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, especialmente na Comissão de Segurança Pública, pode ampliar a participação da sociedade civil e dos/as parlamentares na formulação das estratégias e prioridades da atual gestão, para os próximos quatros anos, com relação a segurança pública. Esse reforço à discussão das propostas do PPA irá compensar a insuficiência do processo de discussão entre os mecanismos de participação no governo. O próprio CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública teve pouco espaço para debater a proposta de PPA do governo enviada ao Congresso.

A urgência de promover essa discussão se deve aos prazos estabelecidos pela Comissão Mista de Orçamento para a tramitação do PPA 2012-2015 e da Loa 2012. Ao promover a audiência pública aqui proposta a Comissão de Segurança Pública estará contribuindo para a melhor participação dos/as parlamentares na apreciação das propostas do Poder Executivo e na melhoria da contribuição do Parlamento para o aperfeiçoamento das propostas em tramitação.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 2011.

*Justiça se faz na luta!*

**DEPUTADO DOMINGOS DUTRA  
(PT/MA)**